



5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Educação e política social.

A Experiência do Serviço Social na Construção de um Relatório Sobre o Alojamento Estudantil da Ufes – Campus Alegre (ES)

Ana Claudia Fontes da Silva¹
Ângela Maria de Souza Pimentel²

Resumo: Este trabalho relata a experiência de intervenção das assistentes sociais da Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social-SASAS da Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes, Campus de Alegre-ES. Pretende-se, objetivamente, apresentar o Serviço Social na Assistência Estudantil e sua participação, efetiva, na construção de um relatório sobre o Alojamento Estudantil. Trata-se de uma análise bem específica e, por isso, de suma importância, uma vez que é o único Alojamento da Universidade. O Serviço Social participou em sua especificidade profissional, juntamente a uma comissão instituída pelos Diretores do Centro de Ciências Agrárias e Engenharias-CCAIE e do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde-CCENS da Ufes, através da Portaria nº 05 de outubro de 2016, alterada pela Portaria nº 06, na elaboração do relatório sobre a moradia estudantil de Alegre/ES, que servirá de subsídio para pensar a Política de Assistência Estudantil. Nesse sentido e, dada a importância do tema, é necessário conhecer a realidade vivenciada nesse espaço e suas reais necessidades, a fim de realizar uma reflexão frente os desafios e possibilidades colocadas na atual conjuntura, que é de corte nos auxílios sociais, nas Instituições Federais de Ensino Superior-IFES.

Palavras Chaves: Serviço Social; Instrumentalidade; Assistência Estudantil; Intervenção.

Abstract: This paper reports the intervention experience of the social workers at the Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social (SASAS) [Attention to Health and Social Assistance Section] – of the Universidade Federal do Espírito Santo [Federal University of Espírito Santo] (UFES), in its Alegre Centers. Precisely, it intends to introduce the work of Social Services in the Student Assistance program and its participation in the construction of a report on student accommodation. This is a very specific analysis and its importance resides in that the subject discussed is the only student accommodation at UFES. Due to its professional specificity, Social Services participated in a commission formed through ordinance N°05, October 2016, and modified by ordinance N°06, by the Directors of the Centro de Ciências Agrárias e Engenharias [Center for Agrarian Sciences and Engineering] (CCAIE) and the Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde [Center for Exact, Natural and Health Sciences] (CCENS) of UFES in Alegre. This commission was formed to prepare a report about the University student accommodation in Alegre, which will serve as a resource to discuss the Student Assistance Policy. Given the importance of the matter, it is necessary to know the reality and needs of this student accommodation space in order to reflect on the challenges and possibilities posed by the current political scenario, a context which favors and advocates cuts in social aid for the Federal Institutions of Higher Education – IFES.

Keywords: Social Service; Instrumentality; Student Assistance; Intervention.

¹ Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância na Universidade Federal Fluminense. Graduada em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense. Professora na Faculdade Redentor/RJ. Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: ana.silva@ufes.br

² Especialista em Gestão de Políticas Públicas para a Infância e Juventude pela Faculdade Redentor. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Redentor. Assistente Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <angela.m.pimentel@ufes.br>

I – Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer um breve relato de experiência da participação das assistentes sociais da Seção de Atenção à Saúde e Assistência Social-SASAS da Universidade Federal do Espírito Santo-Ufes, na Comissão instituída para elaboração de um relatório sobre o alojamento estudantil. Tal relatório servirá de subsídio para elaborar a Política de Assistência Estudantil da Ufes, em especial no que se relaciona à moradia estudantil, pois trata-se do único alojamento da Universidade.

Iniciamos com algumas considerações relacionadas à posição do Serviço Social, enquanto um processo de trabalho, para pensar os instrumentos de trabalho do profissional, que também são objetos de análise. Refletimos sobre as relações de poder existentes nos diversos espaços e, que esse cenário impõe ao profissional a adoção de estratégias para a articulação com o instituinte/instituído, de forma que venham a romper com a ordem dominante e com a prática conservadora.

Prosseguimos com algumas considerações sobre a política de educação no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, e das propostas de democratização do acesso ao ensino superior através instrumentos legais como o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES (BRASIL: 2010), e apresenta-se como uma estratégia para reduzir os níveis de evasão e retenção dos estudantes no ensino superior, uma vez que objetiva a democratização das condições de permanência.

Por fim, apresenta-se o relato de experiência das assistentes sociais, na comissão para elaboração do relatório da moradia estudantil, na Ufes - Campus Alegre - ES.

Acreditamos que essa experiência representa uma importante etapa no processo de institucionalização da assistência estudantil na Universidade, e nos permite refletir sobre o papel do assistente social, nesse espaço, enquanto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais.

Assim, no dizer de Paura (2013) “o relato desta experiência demonstra a inquietação profissional diante dos limites e das possibilidades que se revelam para o assistente social no campo da educação superior. ”

II- Marco teórico de referência

O Serviço Social, historicamente, se constrói e se transforma frente a própria transformação da sociedade. E nos primórdios de sua ação junto à população usuária tem a marca da filantropia e da caridade (IAMAMOTO, 2006). Vinculada à ideologia da Igreja Católica, teve como base o serviço Social Frango Belga e norte-americano, e no decorrer da busca por sua institucionalização e legitimação junto ao Estado e seus usuários, a tradição norte-americana teve grande influência sobre o Serviço Social brasileiro, sobretudo entre os anos 40 e 60.

Em sua trajetória histórica, o Serviço Social busca romper com aquelas bases confessionais, presente outrora na origem da profissão na década de 1930, e passará através da influência norte-americana (de matriz positivista¹), a assimilar o ideário desenvolvimentista², e neste processo de busca por mudanças chegará até o Movimento de Reconceituação³, que será uma recusa ao conservadorismo, marca até então, presente na profissão. Conforme Tanuri (2010):

Nos anos 60 se tem novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial – impondo à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. Diante do crescimento da desigualdade social e da concentração de Capital, o Serviço Social assume certas inquietações e questionamentos que sua visão tradicional e conservadora de mundo não consegue responder.

Diante disso, um amplo movimento de reformulações teóricas, políticas, metodológicas e operativas surgem no arcabouço do Serviço Social latino-americano, impondo uma necessidade de construção de um novo projeto profissional – comprometido com as demandas da classe trabalhadora

¹ Positivismo: A matriz positivista ofereceu uma compreensão imediatista das relações sociais e do ser social, restringindo-se ao verificável, à experimentação e à fragmentação do homem e da sociedade. Não eram oferecidas possibilidades de mudança, senão dentro da ordem estabelecida, pelo ajuste a ela. Tinha uma orientação funcionalista, prática, um perfil manipulador e de ajustamento, sob a ótica de padrões de eficiência, com uma ação mais burocrática, sem apropriação ou aprofundamento teórico.

² Desenvolvimentismo: O crescimento da economia brasileira na década de 40 e metade da década seguinte, acompanhado de medidas de política econômica e de aprofundamento da industrialização e a luta pela definição de condições favoráveis à expansão econômica, são elementos importantes para a criação da ideologia desenvolvimentista. Essa ideologia se torna dominante com a eleição e posse de JK na Presidência da República. Ela envolve a proposta de crescimento econômico acelerado e pretendia-se superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta era atingir a prosperidade e a grandeza material da nação, a soberania, a paz e a ordem social. O desenvolvimentismo tinha como foco a integração mais dinâmica no sistema capitalista e principal meta a industrialização de base do país. (Iamamoto, M.V.; Carvalho, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 380 p.).

Em busca de romper com o conservadorismo desvencilha-se do tradicionalismo, na direção de novos “ares” teóricos e metodológicos que procuravam alcançar objetivos na prática profissional com um novo direcionamento ético político, com articulação as demandas da classe trabalhadoras. Assim, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista se dá por meio de manuais de divulgação e por contribuições de militantes políticos como Lênin, Trotsky e Guevara. Tal mudança dará ao Serviço Social um compromisso político, transferindo inquietudes da militância política (que não se confunde com militância político-partidária) para sua prática profissional (IAMAMOTO, 2015). Na direção dada pelo Movimento de Reconceituação é que se constrói de forma coletiva um projeto profissional que dará ao Serviço Social dimensões política-objetiva e ética-valorativa (BARROCO, 2008).

O Serviço Social é uma profissão de nível superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, regulamentada pela Lei nº 8662 de 1993, norteadada pelo Código de Ética profissional aprovado em 1993 (Brasil: 1993) e inscrita na divisão social e técnica do trabalho social. Contudo para Iamamoto (2005):

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal, isso significa que o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humano necessários ao exercício profissional autônomo. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata, por meio dos quais é exercido o trabalho especializado.

Desde a década de 1980, afirma-se (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006) que o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais.

Compreender o Serviço Social como trabalho¹, permite observar que enquanto trabalhador assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho ao mesmo tempo em que formata a sua presença socioinstitucional na sociedade brasileira, esta condição dá ao profissional, no campo de trabalho, o que Iamamoto (2005, p 63) denomina

¹ Os Elementos simples e constitutivos de um processo de trabalho são: a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto, e seus meios. (Antunes, Ricardo. A dialética do Trabalho. São Paulo: Expressão popular, 2004. 200p.)

“autonomia relativa”, onde o profissional tem uma relação de dependência do empregador, sejam instituições, empresas, Estado, etc, na organização das suas atividades. Para a autora, nessa situação “a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social”, já que é ela que organiza o processo de trabalho.

Faleiros (1997), ao tratar da relação do Serviço Social com os usuários/instituição traz o paradigma da correlação de forças. Para o autor ao se atribuir ao Serviço Social um poder de intervenção deslocado da instituição, empreende-se que no que ele denomina “modelo consensual da intervenção”, onde população usuária e profissional dividem os mesmos valores, tal pensamento desconsidera os valores dominantes e dominados e as desigualdades sociais.

Segundo Faleiros (2001), a relação do Serviço Social, como forma de poder, implica articular forças para defesa dos dominados, dos excluídos e a relação sujeito-estrutura se dá em base na afirmação de Marx, em a Ideologia Alemã de que: “Onde existe uma relação, ela existe para mim”, ou seja, numa articulação da consciência do sujeito à relação e à consciência do sujeito. O processo de conscientização é relacional, não vertical, de cima para baixo, no sentido de que “vou conscientizar o povo”, na linha do vanguardismo.

Em relação aos procedimentos institucionais/profissionais, as relações de poder dizem respeito à dinâmica de aliança entre profissional e usuário que por sua vez remetem a: analisar a demanda num contexto territorial e cultural e de redes; analisar as forças em presença, e principalmente as forças dos usuários; entrar em relação com o outro e não fazer para o outro; estabelecer um processo, uma dinâmica e não prever resultados rígidos e formais conforme as normas; ver os interesses do usuário no contexto de seu grupo e sua classe social; abrir espaços para a expressão do usuário; relacionar a singularidade, a particularidade e o geral na história pessoal e social; elaborar uma compreensão inteligente da situação e da ação que convém na perspectiva emancipatória; considerar os riscos e ameaças para o outro e para si; considerar as forças; articular diferentes níveis de intervenção; saber avançar, saber esperar, saber contornar (astúcia) e saber recuar nas propostas de forma coordenada e ritmada; saber envolver e exigir de si e do outro nos seus limites e possibilidades; saber manobrar e manipular adversários e recursos; saber perder e saber se confrontar no próprio campo e no campo do adversário nas condições mais favoráveis; saber que o usuário sabe; saber cooperar no conflito e conflitar na cooperação; trabalhar em redes no sistema. (FALEIROS: 2014)

Isto posto, ao pensar a intervenção profissional do assistente social junto à assistência estudantil, considera-se fundamental refletir o desenvolvimento histórico da profissão, a fim de realizar uma análise coerente acerca dos desdobramentos que permeiam a formação profissional e atuação nos dias atuais.

Outro ponto importante é considerar a configuração dada à educação a partir da Constituição de 1988, como um direito de todos, dever do Estado e da família e os fundamentos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Brasil, 1996) que compreende o Ensino Superior, fomenta o conhecimento científico, e o apresenta como um nível elevado do conhecimento.

Neste prisma, compreende-se a importância da democratização da educação superior, e que para sua concretização é fundamental assegurar caminhos que venham a garantir não somente o acesso, mas também a permanência e conclusão dos estudantes no ensino superior. Tal reflexão considera que os pilares: acesso, permanência e conclusão, são condicionados a questões macro, no campo, social, cultural e econômico da população.

Sobre a assistência estudantil, destaca-se o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, que é um dos mecanismos que se apresenta como forma estratégica de inserção de estudantes no ensino superior, já que objetiva a democratização das condições de permanência, minimiza os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduz as taxas de retenção e evasão, e contribui para a promoção da inclusão social pela educação. Aqui, aponta-se que para que este Decreto de Lei seja posto em prática é preciso que haja um arcabouço profissional, que se disponha através de sua atuação concretizar mediante a sociedade o que consta na legislação. Em documento desenvolvido pelo Ministério da Educação junto a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no ano de 2014, tem-se a seguinte compreensão.

Entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Apresenta-se este contexto, em que se encontra o assistente social que utiliza de toda a sua instrumentalidade profissional para atuar efetivando esses direitos por intermédio da política pública de educação. Segundo Guerra (1995, p. 30), a instrumentalidade tem algo que precede a discussão relacionada ao instrumental técnico e que para além das definições operacionais, o que faz e como faz, os assistentes sociais devem compreender “para que” (para quem, onde e quando fazer), de forma a perceber e analisar o que produz as ações profissionais quando agem de forma imediata.

Assim a instrumentalidade é a capacidade e/ou propriedade que a profissão vai adquirindo na medida que concretiza objetivos, ou seja, é o uso dos instrumentais (relatórios, visitas, reuniões, laudos, pareceres e outros), com uma finalidade que já fora projetada antes pelo profissional. Tais capacidades alteram e transformam as condições objetivas e subjetivas ao nível do cotidiano e na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meio/instrumentos para objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade.

Conforme PIANA (2009), no campo educacional, as relações sociais estão expressas, bem como as expressões da questão social: desigualdade social, pobreza, exclusão social e tantas outras mazelas da sociedade, e é nesta realidade que o Serviço Social intervém e dialoga com a educação, também por sua vez na área da assistência estudantil.

Na assistência estudantil, como em outros espaços de trabalho, a atuação e intervenção do assistente social deve ser respaldada no Código de Ética profissional de 1993. A postura profissional deve reconhecer e defender a:

(...) liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; e a “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. (ON LINE, 2012, p. 23.)

Tal postura profissional vem ao encontro de uma educação, que se propunha emancipatória, na direção de construção de sujeitos críticos, formadores de uma sociedade mais justa e menos desigual, a partir da concepção em que a educação não seja tida como um mero produto a ser comercializado (FREIRE: 2002).

Nesta direção, o Serviço Social tem como proposta de trabalho, no campo da assistência estudantil, pensar a dimensão educativa da prática profissional. Conforme Almeida (2004, 23).

Pensar a educação para além da política educacional é, deste modo, uma outra exigência posta aos assistentes sociais e que requer um olhar sobre a própria dimensão educativa de sua intervenção como constitutiva desses processos mais amplos e não necessariamente vinculada a essa área de atuação do Estado via política social.

Na Ufes, assim como em outras Instituições Federais, são desenvolvidas ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, dentre outras, estabelecidas no Decreto nº 7234, que regulamenta as ações do PNAES. No Campus Alegre, além do auxílio moradia em pecúnia, há também o Alojamento Estudantil masculino em que os critérios para ocupação das vagas são os mesmos estabelecidos para o auxílio moradia.

Andrés (2011, p.4) realiza uma análise acerca da moradia estudantil e aponta que:

Casa de Estudante é todo o espaço destinado à moradia de estudantes, podendo receber as seguintes denominações: alojamento estudantil, residência estudantil, casa de estudante (universitária, secundária, pós-graduação, autônoma, estadual, municipal), repúblicas e outras, independente da renda dos (as) moradores (as) ... existem três tipos básicos de Moradia Estudantil: Residência Estudantil, Casa Autônoma de Estudantes e República Estudantil.

Como instrumento de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil temos a construção do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que trata de assuntos específicos que envolva estudantes inseridos na graduação e assessora a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes. (VASCONCELOS, 2010).

Em uma pesquisa realizada em sites de diversas universidades, Silveira (2012) traz dados importantes que nos embasaram na construção da direção a ser dada, na análise sobre o alojamento. Segundo a autora, 86% das universidades possuem política de moradia com oferta de Bolsa ou Auxílio Moradia em valor pecuniário mensal, e que o valor varia entre R\$ 120,00 e R\$ 300,00 reais, em Alegre o valor é de R\$ 200,00. Afirma também que menos da metade das IFES pesquisadas (36%) investem na proposta de moradias estudantis.

Para a autora, a política da oferta do auxílio seria mais prática para a instituição, uma vez que a eximiria da responsabilidade da gestão e manutenção de uma residência universitária. Contudo, destaca que o oferecimento de um local para o aluno residir, durante sua graduação, seria de fundamental importância para a garantia de sua

permanência, pois essa residência já está mobiliada e o estudante não tem custos de água, luz e outras taxas cobradas, mas principalmente, lhe garante a possibilidade de viver o ambiente acadêmico com mais intensidade, a experiência da convivência, da solidariedade, etc. Fatos importantes, mesmo considerando que, ao receber o auxílio em pecúnia, o discente tem certa autonomia para escolher onde e com quem quer morar.

Importante também pensar, como no caso da cidade de Alegre, na pequena oferta de imóveis, especulação imobiliária, cobrança de preços altos, além da despesa com mobiliário e com taxas. Assim, considera-se a afirmação de Silveira (2012) que diz:

As duas políticas de moradia, o pagamento de auxílios e a residência estudantil são de extrema importância para garantir a permanência do universitário, impedindo sua evasão pelo fato de a família não ter condições de arcar com a despesa de morar fora da cidade de origem.

Por fim, diante dos dados levantados, aponta a necessidade de que:

...as IFES, a exemplo das que estão construindo casas, comecem a investir nessa estrutura, focando não nos problemas que podem ser gerados por esse serviço, mas nos benefícios que uma moradia digna vai trazer para o estudante poder cursar e concluir sua graduação.

Embasados por essas considerações teóricas, necessárias para se pensar a prática profissional e a intervenção na realidade através da construção do relatório, a direção a ser dada na elaboração do referido documento se mostrou clara e objetiva. Frente a nova conjuntura, é fundamental a análise de realidade pelos profissionais da área social e o comprometimento ético com os usuários deste serviço.

III- Resultados

Outros instrumentos de trabalho foram utilizados como forma de análise de realidade, são eles, reuniões e visita técnica à moradia estudantil. Elaborou-se o relatório com o uso da ferramenta *doc no google drive*, que possibilitou a troca de ideias e construção concomitante do texto por parte dos profissionais envolvidos.

Participar da construção de tal instrumento foi uma oportunidade única, principalmente ao se considerar que grande parte dos estudantes cotistas vivenciam uma situação socioeconômica desfavorável. Além da necessária aproximação com a instituição, em busca de apontar necessidades e desafios postos na atual conjuntura, este

é sem dúvida, o primeiro passo para se pensar as reais necessidades do alojamento estudantil, sua importância e os desafios para sua manutenção, como estratégia de inserção, permanência e conclusão dos estudantes no Ensino Superior.

É fato que cada universidade, respeitando-se sua autonomia e à luz do PNAES, define a implementação de políticas de assistência estudantil, inserindo-se aí critérios e metodologias de seleção dos estudantes de graduação presenciais a serem beneficiados. Nesse sentido, considerando a diversidade socioeconômica e cultural dos universitários e o agravamento da situação econômica no Brasil, há que se pensar que, para que ocorra a formação acadêmica de muitos estudantes, é necessária a criação de condições para a inserção, permanência e conclusão no ensino superior. Observa-se que muitos estudantes optam por morar no alojamento estudantil, em detrimento do auxílio moradia em pecúnia, por acreditarem que estar na instituição é importante para a formação deles.

É o Serviço Social, que seguindo os critérios estabelecidos em editais específicos, que realiza a análise documental para inserção no alojamento. Durante os atendimentos/entrevistas aos alunos que se apresentam na assistência estudantil, observa-se que o alojamento tem sido um importante instrumento de acolhida. Isso porque, nesse primeiro momento, os estudantes que vêm, principalmente, de outros Estados, são encaminhados e permanecem lá até o período de cadastro, quando solicitam o auxílio moradia, pois muitos chegam ao município sem ter lugar para ficar.

Segundo relato de estudantes e registros do Serviço Social, no decorrer dos 21 anos de existência, o alojamento estudantil abrigou centenas de moradores, e grande parte não teriam condições de se graduarem no Campus de Alegre, caso não existisse o alojamento, isto pode ser entendido considerando que o auxílio moradia em pecúnia, é recente.

Entendemos que manter um alojamento dentro do Campus da Universidade é um desafio e requer o envolvimento de todos e, por isso, é necessário pensarmos, conjuntamente, uma forma de gerir esse espaço para que, de fato, ele seja um instrumento de inclusão.

Através da nossa participação na Comissão que construiu o relatório sobre o alojamento, observamos a importância da nossa prática para defesa daquele espaço, que é tão importante para os estudantes.

IV- Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira.. Desafios contemporâneos para a formação profissional em serviço social. **Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 7-24, 2004b.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2008. 224 p.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 DE JULHO DE 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.159p.

_____. V.P. **Globalização, correlação de forças**. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em <<https://books.google.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 380 p.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 326 p.

PAURA, Simone Giglio. O serviço na educação superior. In: **SERVIÇO Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 114.

PIANA, M. C. Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v.18, n. 2, p. 182–206, 2009.

SILVEIRA, Mirian Moreira. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileira**. Acesso em: 25 fev. 2017. Disponível em: <<http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/260/1/miri.pdf>>.

TANURI, João. **Anos 60: o movimento de reconceituação/Trabajo Social/Serviço Social**. Disponível em: <<https://trabajosocialbrasil.wordpress.com>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em Revista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/659>. Acesso em: 15 fev. 2017.